



A Acta Pediátrica Portuguesa apresenta mais um número com um peso importante de artigos sobre Infecciologia Pediátrica. Poderia supor-se que estes temas deixassem de ser tão frequentemente motivo de interesse dos autores portugueses, uma vez afastadas as doenças infecciosas agudas dos lugares de topo da tabela de principais causas de morte em idade pediátrica. No entanto, uma visão mais atenta dos artigos permite-nos verificar que abordam aspectos mais próximos da “nova infecciologia” do que da “clássica”.

A Secção de Pneumologia Pediátrica da Sociedade Portuguesa de Pediatria publica as suas recomendações sobre actuação nas pneumonias adquiridas na comunidade, frisando os critérios e opções para o tratamento em ambulatório, mas não esquecendo os casos em que há necessidade de internamento; a equipa do Serviço de Urgência do Hospital Pediátrico de Coimbra, apresenta os resultados das hemoculturas colhidas no seu Serviço, mais uma vez, em crianças provenientes da comunidade, num estudo que ajuda a conhecer os agentes mais frequentemente encontrados no ambulatório. O Serviço de Pediatria do Hospital do Espírito Santo de Évora divulga a análise do surto de hepatite A ocorrido na região em 2004-05, mostrando como uma infecção viral outrora endémica se tornou numa excepção que motiva uma intervenção multidisciplinar, de coordenação entre os serviços hospitalares e de Saúde Pública, para o seu controlo. O Artigo de Actualização aborda a vacinação em crianças e adolescentes com imunodeficiência, mais um sinal da mudança de atenção nesta área para a prevenção e os grupos especiais. O “regresso ao passado” é dado por uma análise proveniente da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, a maior maternidade do País, que nos recorda como é importante a correcta vigilância da gravidez e a intervenção precoce na grávida e na família para que uma “velha doença”, a sífilis, e particularmente a sífilis congénita, possa estar sob controlo e tornar-se também uma situação excepcional. Apesar dos grandes progressos que a saúde perinatal e infantil protagonizou em Portu-

gal nas últimas duas décadas, como estes artigos revelam, ainda há muito a fazer (particularmente nos cuidados prénatais) e não podemos “baixar a guarda”.

Merece também destaque a publicação de um importante estudo nacional, promovido também pela Secção de Pneumologia Pediátrica da Sociedade Portuguesa de Pediatria, no qual se avaliou o uso domiciliário de monitores cardio-respiratórios em pediatria. Recomendamos a sua leitura atenta, não apenas pelos resultados que o inquérito em si revelou, mas também pela muito útil discussão feita pelos autores, quer desta realidade quer dos meios técnicos actualmente ao nosso dispor. Os progressos tecnológicos permitiram levar ao domicílio de famílias com crianças (ou adultos) em condições especiais meios de monitorização anteriormente apenas acessíveis em meio hospitalar. No entanto, como discutem os autores, o seu uso não deve ser motivo para uma falsa sensação de segurança para os pais e os médicos, quer devido à prescrição com o propósito de identificar ou evitar situações potencialmente graves ou fatais nos quais a sua eficácia não está demonstrada, quer pelo risco de comprometer a sua efectividade não garantindo a intervenção imediata quando os monitores detectam, de facto, acontecimentos que podem colocar em risco a vida, por não dar aos pais ou responsáveis de cuidar das crianças os conhecimentos necessários para a reanimação básica. Tal como em qualquer outra situação, um diagnóstico precoce apenas é útil quando está garantida a intervenção adequada e atempada.

Uma última palavra para a Nota Editorial a propósito do 80º aniversário da importante figura da Pediatria portuguesa que é o Professor Nuno Cordeiro Ferreira.

Daniel Virella  
Coordenador de Edição

---

**Correspondência:**

Daniel Virella  
Acta Pediátrica Portuguesa  
Coordenador de Edição  
spp.mail@ptnetbiz.pt